

Políticas alimentares e eleições municipais: uma análise de Porto Alegre

Food policies and municipal elections: an analysis of Porto Alegre

LUÍSA CRAUSS DE ARAUJO¹, PAULO NIEDERLE²

RESUMO

Este artigo explora a presença das políticas alimentares nas campanhas eleitorais de candidatos a vereador e prefeito em Porto Alegre. A pesquisa utiliza o “Cardápio de Ideias para Políticas Alimentares nas Cidades” como referência analítica e avalia como o tema da alimentação está sendo tratado no contexto político local. Apresentamos dados de uma análise das redes sociais e propostas de candidatos, categorizando sua abordagem em relação ao fortalecimento da segurança alimentar, incentivo à agricultura familiar, promoção de alimentação saudável e sustentável, entre outras políticas alimentares. Os resultados revelam uma baixa inclusão do tema nas campanhas, sugerindo a necessidade de maior conscientização e integração das políticas alimentares nos planos diretores municipais.

Palavras-chave: *Políticas alimentares. Segurança alimentar. Eleições municipais. Porto Alegre. Planejamento urbano.*

¹ Bacharela em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, luisacrauss29@gmail.com.

² Professor dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

ABSTRACT

This article explores the presence of food policies in the electoral campaigns of candidates for city council and mayor in Porto Alegre. The research uses the "Menu of Ideas for Food Policies in Cities" as an analytical reference and assesses how the topic of food is being addressed in the local political context. We present data from an analysis of social media and candidate proposals, categorizing their approach to food security, sustainability, and other related topics. The results reveal a low inclusion of the theme in the campaigns, suggesting the need for greater awareness and integration of food policies in municipal master plans.

Keywords: *Food policies. Food security. Municipal elections. Porto Alegre. Urban planning.*

1 INTRODUÇÃO

A alimentação nas cidades, cada vez mais urbanizadas, emerge como um dos desafios mais urgentes do nosso tempo. Segundo o Painel Internacional de Especialistas em Sistemas Alimentares Sustentáveis (IPES-Food), "as cidades estão diante de um dos problemas mais urgentes do nosso tempo: a alimentação" (IPES-Food, 2017, p. 4). A rápida urbanização, a insegurança alimentar, a degradação ambiental e os impactos das mudanças climáticas colocam em xeque a capacidade dos centros urbanos de garantir o direito humano à alimentação. Conforme discutido por Grisa et al. (2023), o fenômeno alimentar urbano está diretamente conectado com questões estruturais da sociedade capitalista e da desvalorização do campo e da produção familiar. Essa conjuntura torna a segurança alimentar uma pauta essencialmente urbana e política. Em cidades como Porto Alegre, essa problemática se manifesta de forma ainda mais intensa, considerando os altos índices de desigualdade e a falta de políticas públicas robustas voltadas à alimentação.

A pandemia de Covid-19 escancarou ainda mais a vulnerabilidade dos sistemas alimentares urbanos. O fechamento de feiras, escolas e centros de distribuição alimentares afetou profundamente a segurança alimentar das populações urbanas, especialmente as de baixa renda. Como salientam Moragues-Faus e Battersby (2021), as cidades precisam reconhecer sua responsabilidade em assegurar o acesso universal a uma alimentação adequada e sustentável, sobretudo em tempos de crise.

Segundo Baker e De Zeeuw (2015), governos locais são atores estratégicos na transformação dos sistemas alimentares. Eles podem, por exemplo, implementar políticas que integrem a alimentação ao planejamento urbano e que promovam práticas alimentares saudáveis por meio da valorização da produção local. A FAO (2015) também destaca que "as cidades se tornaram conscientes de quão vulneráveis estão à disponibilidade de alimentos diante de mudanças bruscas nas condições climáticas ou econômicas" (FAO, 2015, p. 36).

Em Porto Alegre, a análise das propostas de candidatos a vereadores e prefeitos para as eleições de 2024 revela uma lacuna significativa nas discussões sobre políticas alimentares urbanas. Apesar da crescente conscientização sobre a necessidade de um sistema alimentar urbano mais sustentável, apenas uma pequena fração dos candidatos apresenta propostas voltadas à segurança alimentar. Esse panorama reflete uma

oportunidade crucial para a politização da alimentação e para a implementação de políticas públicas que integrem práticas sustentáveis e inclusivas, como feiras ecológicas, promoção da agricultura familiar e o fortalecimento das redes de apoio à população vulnerável. A reflexão e a ação sobre o tema são mais urgentes do que nunca, e os dados coletados indicam que há um espaço considerável para a transformação das políticas alimentares nas cidades, especialmente por meio da participação ativa da sociedade e da formulação de estratégias intersetoriais (Rocha, 2024).

Além disso, conforme Scartezini (2011), as populações urbanas vivem uma dependência estrutural dos sistemas de abastecimento e de geração de renda para garantir sua alimentação. Em um sistema globalizado, regido pela lógica do lucro e pela monocultura, essa dependência expõe as populações urbanas a riscos fabricados — “risco fabricado” no sentido de Giddens (2007) —, derivados do próprio modo de organização da sociedade contemporânea. Assim, compreender a inserção da alimentação na agenda política municipal é também refletir sobre os caminhos possíveis para reverter essa lógica excludente.

Portanto, este trabalho busca, a partir da análise das propostas dos candidatos a vereador e a prefeito, identificar propostas que se alinham aos tópicos do “Cardápio de Ideias para Políticas Alimentares nas Cidades”. Este cardápio faz parte de um projeto de pesquisa iniciado em 2023, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que articula pesquisadores de diversas universidades e instituições. O projeto busca identificar e analisar experiências de ativismo alimentar e politização da alimentação em capitais e regiões metropolitanas brasileiras. Sua proposta é produzir evidências que subsidiem gestores públicos e lideranças sociais na criação de políticas alimentares e estratégias que atendam às demandas da população e promovam a segurança alimentar. O cardápio reúne ideias baseadas nas experiências pesquisadas e na literatura, abordando temas como fortalecimento da segurança alimentar, incentivo à agricultura familiar, promoção de alimentação saudável e sustentável, e a valorização da ancestralidade alimentar. Durante a análise das propostas eleitorais, foram buscadas menções que pudessem se alinhar a esses tópicos, contribuindo para a formulação de políticas públicas alimentares mais integradas ao planejamento urbano e intersetoriais.

2 METODOLOGIA

Este estudo tem como objetivo analisar as propostas alimentares defendidas por candidatos a vereador e prefeito de Porto Alegre nas eleições municipais de 2024, com foco na politização da alimentação e na formulação de políticas públicas alimentares. A metodologia empregada envolveu a análise das redes sociais dos candidatos a vereador e dos documentos de "Projetos de Governo" dos candidatos a prefeito, com o intuito de identificar menções específicas aos tópicos do "Cardápio de Ideias para Políticas Alimentares nas Cidades". Para a coleta de dados, as informações disponíveis no site oficial do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) foram a principal fonte, permitindo o levantamento das redes sociais dos candidatos a vereador e os planos de governo dos candidatos a prefeito.

A seleção dos candidatos abrangeu 513 candidatos a vereador, sendo que 71 não possuíam redes sociais ativas para divulgar suas campanhas ou propostas, o que resultou na análise das redes sociais de 442 candidatos. Para os candidatos a prefeito, um total de 9 candidatos, foram analisados os "Projetos de Governo" disponibilizados no TSE, que forneceram as propostas formais sobre as políticas públicas alimentares dos prefeitos candidatos.

O procedimento de análise consistiu em examinar as redes sociais dos candidatos a vereador em busca de menções ou propostas relacionadas aos temas alimentares destacados no "Cardápio de Ideias para Políticas Alimentares nas Cidades". Utilizou-se de buscas específicas por palavras-chave, como segurança alimentar, feiras ecológicas, hortas comunitárias e outros temas pertinentes, além de uma busca visual minuciosa em busca de fotos e vídeos dos candidatos que pudessem indicar relação com o tema. Já a análise dos candidatos a prefeito foi centrada nos projetos de governo, com ênfase em identificar propostas que envolvessem políticas alimentares urbanas.

Para a análise quantitativa, as menções a cada tópico foram tabuladas, permitindo avaliar a frequência e a distribuição dos temas nas propostas dos candidatos, com destaque para a relação entre partido e abordagem das questões alimentares. A análise qualitativa, por sua vez, teve como objetivo examinar em

detalhes as propostas mais relevantes, identificando a profundidade e inovação das mesmas, e observando se tratavam de práticas já implementadas ou novas sugestões para a cidade. Os resultados incluem a identificação dos partidos e candidatos mais comprometidos com políticas públicas alimentares, além de uma avaliação da relevância, coerência e profundidade das propostas alimentares apresentadas, destacando a forma como as questões alimentares foram tratadas dentro do contexto político das eleições municipais de Porto Alegre. O foco principal foi entender como a politização da alimentação e a implementação de políticas públicas alimentares podem contribuir para a segurança alimentar e nutricional da população urbana, refletido pelas propostas dos candidatos de Porto Alegre (POA).

3 RESULTADOS

3.1 Candidatos a Vereador - Porto Alegre 2024

A análise das propostas dos 513 candidatos à Câmara Municipal de Porto Alegre revela um panorama de negligência e ausência de comprometimento com o tema da alimentação. Dos 513 nomes analisados, 71 não apresentavam redes sociais ativas, o que impossibilitou a verificação de propostas. Entre os 442 restantes, 419 não fizeram qualquer menção a políticas alimentares. Apenas 21 candidatos mencionaram o tema, sendo que somente um deles incorporou a questão de forma estruturada e estratégica no conjunto de suas propostas de campanha. Este resultado aponta para uma tendência preocupante: a alimentação ainda é tratada como uma temática periférica dentro da política institucional, apesar da centralidade que o tema vem adquirindo em debates acadêmicos e em movimentos sociais urbanos. Como afirmam Grisa et al. (2023), há uma lacuna entre a produção de conhecimento e as práticas políticas. Essa desconexão torna-se evidente ao se observar que menos de 5% dos candidatos a vereador mencionaram alimentação em suas campanhas, apesar da insegurança alimentar ser uma realidade concreta para milhares de porto-alegrenses.

O Partido dos Trabalhadores (PT) se destacou com 14 menções, o que representa 67% de todas as propostas alimentares identificadas. Essa concentração demonstra que há uma forte correlação entre posicionamentos políticos de esquerda e o reconhecimento da alimentação como um direito e como política pública. O PSOL e o PV também trouxeram o tema, ainda que com menos intensidade. A presença do tema entre partidos como PCdoB, MDB, PSD, Solidariedade e Novo foi esparsa e, geralmente, pontual, sem apresentar diretrizes claras de ação.

O tema mais citado foi o das feiras ecológicas, com 9 menções (31%), seguido por segurança alimentar (6 menções, 21%) e hortas comunitárias (4 menções, 14%). Essa concentração revela que, quando presente, a abordagem tende a estar vinculada a iniciativas de base comunitária e circuitos curtos de comercialização. Porém, mesmo essas iniciativas aparecem mais como menções simbólicas ou promessas genéricas, do que como compromissos estratégicos com a transformação dos sistemas alimentares. Essa fragilidade de propostas estruturadas pode ser compreendida à luz do que Grisa e

Schneider (2023) apontam como a invisibilização política da alimentação nas cidades: "embora a alimentação tenha atravessado todas as crises recentes, ainda é raro encontrá-la entre as prioridades das gestões locais". A escassez de propostas no campo legislativo local confirma essa tendência e reforça a urgência de inserção qualificada da alimentação nos debates urbanos e eleitorais.

Ademais, a distribuição ideológica das menções reforça a ideia de que há um embate em curso sobre os sentidos da alimentação nas cidades. Enquanto setores da esquerda tratam o tema como eixo transversal de combate à desigualdade e promoção de direitos, setores do centro e da direita parecem enxergar a questão apenas como uma dimensão secundária da política econômica. Essa assimetria pode ser analisada também como uma expressão das disputas em torno do direito à cidade, tal como definido por Henri Lefebvre, em que o acesso a alimentos saudáveis e culturalmente adequados é parte constituinte da cidadania urbana.

Outro aspecto a ser considerado é o tipo de linguagem adotada nas poucas propostas apresentadas. Observou-se uma predominância de termos como "apoio", "incentivo" e "promoção", o que pode indicar uma abordagem mais liberal e voluntarista, em contraste com discursos que exigem compromisso estatal, como "garantia", "direito" e "regulação". Tal distinção está em consonância com o que Scartezini (2011) identifica como a tendência dos discursos políticos urbanos a despolitizarem o tema alimentar, tratando-o de maneira técnica, pontual e fragmentada. Dessa forma, os dados levantados evidenciam uma oportunidade estratégica para a incidência da sociedade civil e de movimentos sociais na formação política dos futuros vereadores, bem como na pressão sobre o legislativo para incluir o tema em suas agendas institucionais.

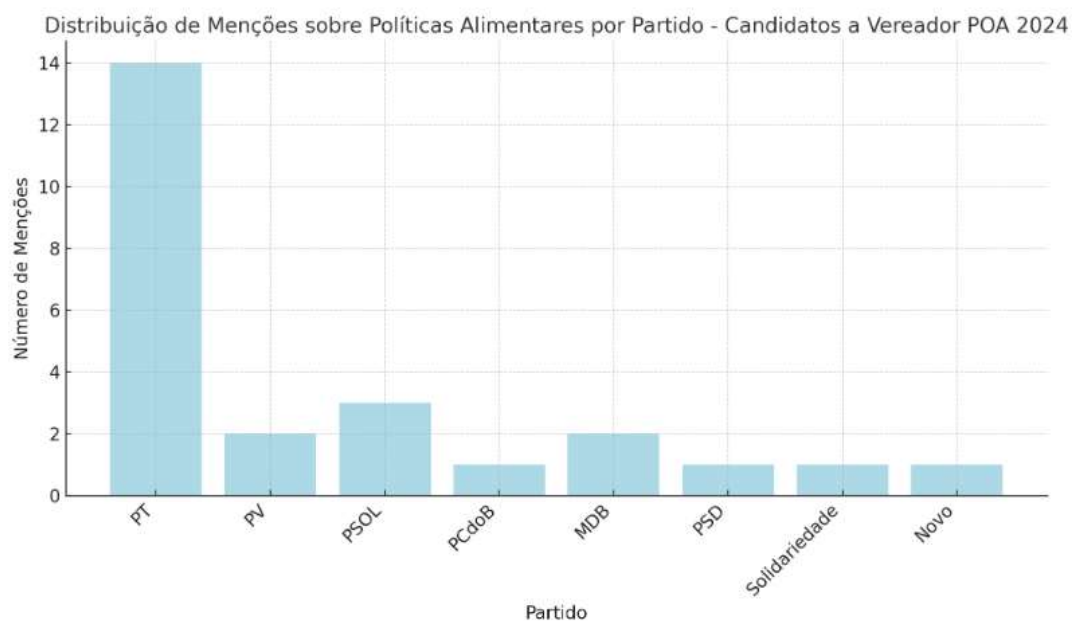


Figura 1 - Distribuição de Menções sobre Políticas Alimentares por Partido dos Candidatos a Vereador de POA 2024. Elaborado pela autora.

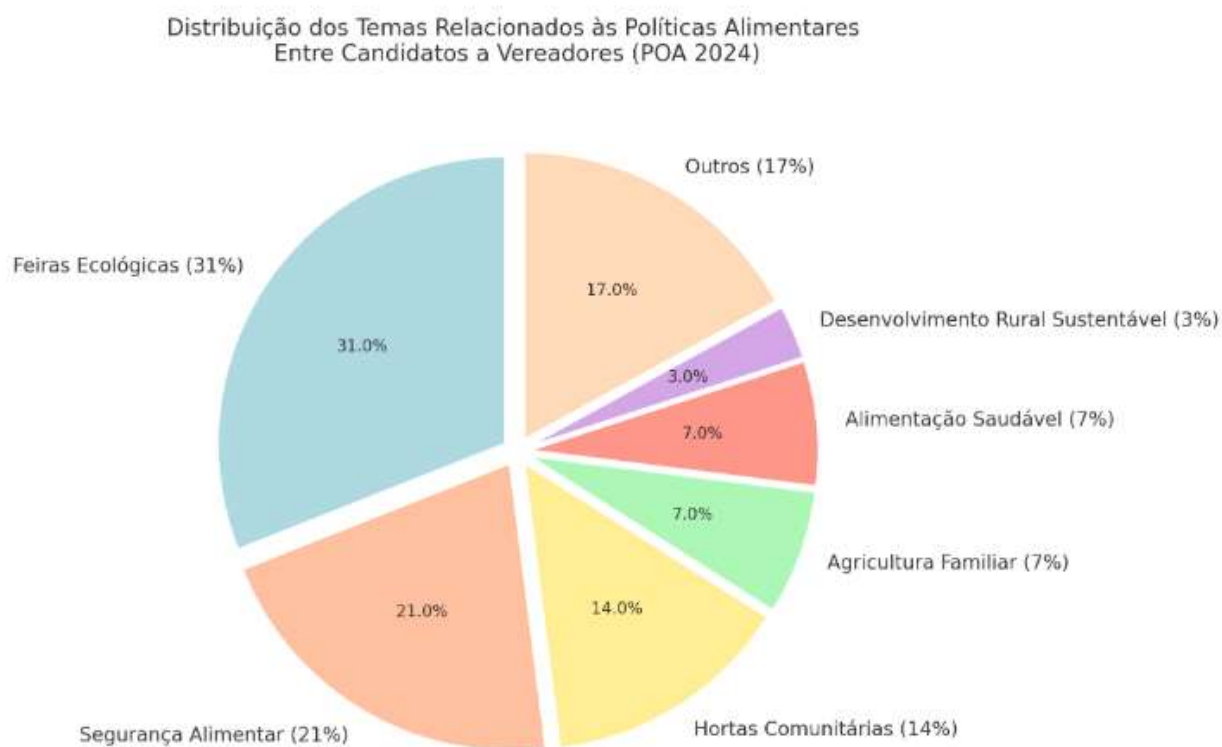


Figura 2 - Distribuição dos Temas Relacionados às Políticas Alimentares dos Candidatos a Vereadores de POA 2024. Elaborado pela autora.

3.2 Candidatos a Prefeito - Porto Alegre 2024

No caso do Executivo municipal, dos oito candidatos à Prefeitura de Porto Alegre, sete apresentaram ao menos uma menção ao tema das políticas alimentares em seus Projetos de Governo. Isso representa uma proporção significativamente maior do que entre os candidatos ao legislativo. Entretanto, é importante destacar que nenhuma das candidaturas analisadas tratou o tema de maneira estruturada, estratégica ou transversal. Sendo assim, dos 8 candidatos a prefeito, apenas 1 não menciona o tema das políticas alimentares, enquanto 7 fazem alguma menção. Nenhum candidato trata o tema como relevante ou o cita com frequência. A segurança alimentar e nutricional é um tema recorrente, mencionado por quase todos os candidatos, com foco em programas como Banco de Alimentos, Cozinhas Solidárias e Restaurantes Populares. Candidatos como Carlos Alan (PRTB), Cesar Pontes (PCO), Luciano do MLB (UP) e Maria do Rosário (PT) abordam explicitamente a fome, propondo políticas de combate à insegurança alimentar e fortalecimento da agricultura familiar.

A agricultura familiar e a agroecologia foram mencionadas por diversos candidatos, como Juliana Brizola (PDT) e Luciano do MLB (UP), com propostas de aquisição de alimentos da agricultura familiar para escolas e incentivo à comercialização local. A educação alimentar nas escolas também foi destacada, com ênfase na implementação de programas de educação alimentar e compra de alimentos da agricultura familiar.

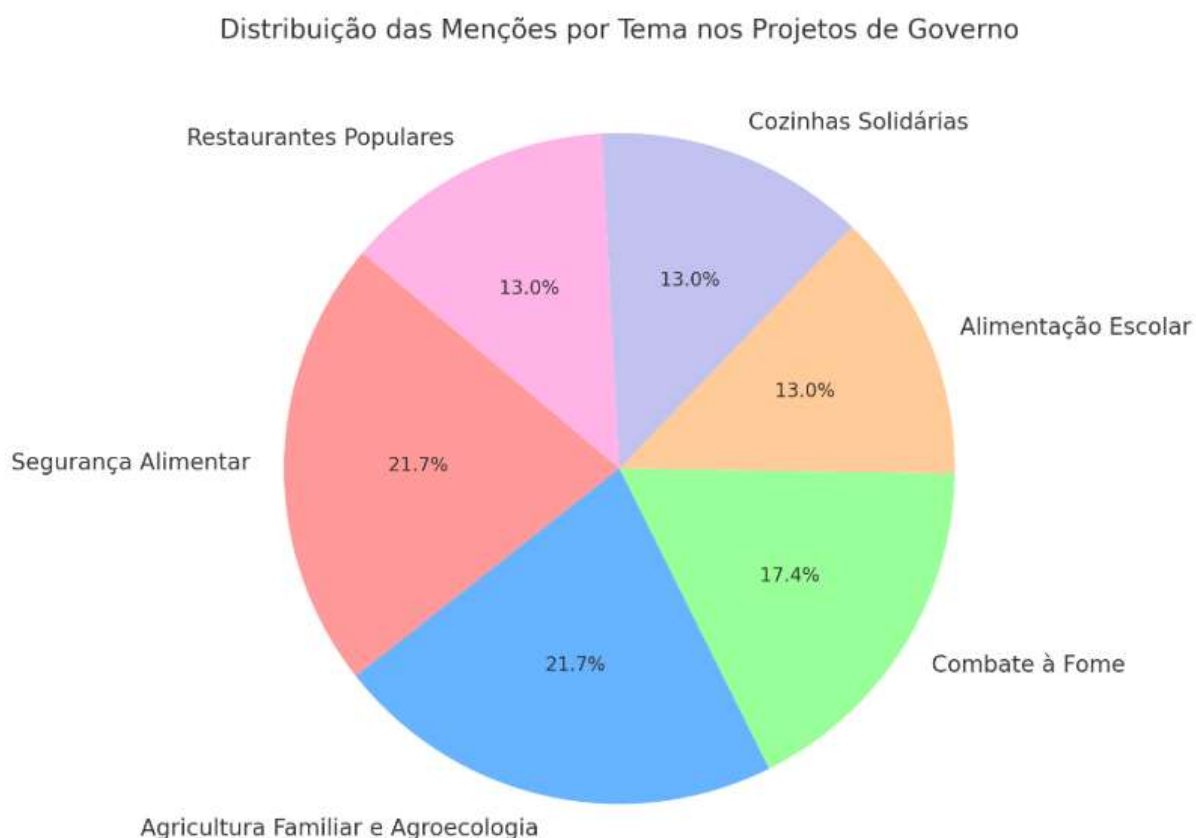


Figura 3 - Distribuição das Menções por Temas Relacionados às Políticas Alimentares dos Candidatos a Prefeito de POA 2024, a partir dos Projetos de Governo. Elaborado pela autora.

A maioria dos candidatos, 87%, menciona a agricultura familiar e agroecologia, enquanto 75% falam sobre segurança alimentar e nutricional. Feiras populares e bancos de alimentos são mencionados por 50% dos candidatos, e 62,5% sugerem ações diretas contra a fome, como programas de doação e restaurantes populares.

Em geral, as menções concentram-se em programas assistencialistas já existentes, como os Bancos de Alimentos, as Cozinhas Solidárias e os Restaurantes Populares. Ainda que relevantes para o combate imediato à fome, tais ações são limitadas quando não integradas a uma política alimentar urbana ampla, que inclua o fortalecimento da agricultura local, a regulação dos sistemas alimentares e a promoção da educação alimentar e nutricional.

Candidatos como Carlos Alan (PRTB), Cesar Pontes (PCO), Luciano do MLB (UP) e Maria do Rosário (PT) se destacaram por propor ações mais enfáticas contra a fome. As propostas desses candidatos incluem a ampliação de programas sociais de combate

à insegurança alimentar, o fortalecimento da agricultura familiar e a institucionalização de compras públicas para escolas e equipamentos sociais — medidas que dialogam com o conceito de soberania alimentar e com os princípios da agroecologia, conforme propostos por movimentos como a Via Campesina e defendidos por autores como Scartezini (2011).

A educação alimentar nas escolas foi mencionada em alguns programas, o que demonstra uma percepção, ainda que incipiente, da importância da formação de hábitos alimentares saudáveis desde a infância. No entanto, como apontam Grisa et al. (2023), a efetividade de políticas como essas depende de ações intersetoriais e de governança alimentar participativa, envolvendo educação, saúde, assistência social e agricultura. Os dados indicam que 87% dos candidatos mencionaram agricultura familiar e agroecologia, e 75% mencionaram segurança alimentar e nutricional. Feiras populares e bancos de alimentos aparecem em 50% das propostas, enquanto ações diretas contra a fome, como restaurantes populares e programas de doação, surgem em 62,5%. Ainda assim, a maioria dessas propostas se limita à lógica da assistência, não alcançando o patamar de políticas estruturantes.

A análise ideológica das propostas mostra que os partidos à esquerda (PT, UP, PCO, PSTU) são os que mais avançam na defesa de políticas públicas alimentares com viés transformador. Já os partidos ao centro ou à direita (como PDT, PRTB e Novo) demonstram uma tendência mais pragmática, com foco em medidas econômicas ou de gestão, geralmente alinhadas com os interesses do mercado e da eficiência fiscal. Como afirmam Moragues-Faus e Battersby (2021), “a alimentação é também um campo de disputas políticas e de poder”, e, portanto, a forma como é abordada em documentos oficiais revela a posição dos candidatos diante das desigualdades estruturais que atravessam os sistemas alimentares urbanos. A pouca profundidade com que o tema é tratado nos programas de governo revela não apenas um desconhecimento técnico, mas também uma falta de prioridade política.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das propostas alimentares dos candidatos a vereador e a prefeito de Porto Alegre para as eleições de 2024 revelou um quadro preocupante de invisibilização da questão alimentar nas agendas políticas locais. Embora o “Cardápio de Ideias para Políticas Alimentares nas Cidades” represente uma ferramenta potente de orientação para políticas públicas integradas, inclusivas e sustentáveis, sua apropriação por parte dos atores políticos ainda é mínima. Tal cenário demonstra que a alimentação continua sendo tratada como um tema técnico, setorial ou assistencialista, e não como uma questão estratégica de planejamento urbano e justiça social.

Como indicam Grisa et al. (2023), a alimentação nas cidades está situada no cruzamento entre as dimensões ambientais, econômicas, sociais e culturais, e exige respostas públicas intersetoriais. A falta de propostas nesse sentido por grande parte dos candidatos analisados reforça o argumento de Scartezini (2011), de que vivemos um modelo urbano que desresponsabiliza o poder público pelo abastecimento e transfere à população urbana toda a carga de garantir sua própria segurança alimentar por meio da renda — frequentemente escassa e instável. Essa lógica mercantilista e individualizante reforça desigualdades, produz desertos alimentares e empurra populações vulnerabilizadas a contextos de fome crônica ou fome oculta.

É preciso reiterar que as cidades são, ao mesmo tempo, palco e agente das disputas alimentares. Como lembram Moragues-Faus e Battersby (2021, p. 1), “as cidades estão percebendo, progressivamente, a sua responsabilidade para prover acesso à alimentação adequada para todos os cidadãos de maneira sustentável e os efeitos positivos que essas mudanças podem ter para nossa saúde planetária”. O baixo nível de compromisso político com essa agenda evidencia o quanto a segurança alimentar ainda é entendida como um problema individual e não como uma política estruturante do desenvolvimento urbano.

Além disso, o trabalho aponta que a abordagem sobre alimentação ainda está restrita a poucos partidos e projetos políticos mais comprometidos com agendas de equidade, justiça ambiental e economia solidária, como o PT e o PSOL. Por outro lado, partidos mais ao centro e à direita tendem a abordar o tema com uma perspectiva pontual, muitas vezes limitada a incentivos de mercado, sem uma leitura sistêmica das causas estruturais da fome e da má alimentação. Como argumenta a FAO (2015), é

fundamental superar a visão fragmentada das políticas públicas e construir sistemas alimentares urbanos que sejam “resilientes, inclusivos e centrados na saúde e economia dos espaços urbanos”.

Ainda que discretamente, algumas candidaturas mencionaram temas como feiras ecológicas, hortas urbanas, educação alimentar e fortalecimento da agricultura familiar. Essas propostas devem ser valorizadas como experiências que podem ser catalisadoras de transformações mais amplas, desde que inseridas em estratégias políticas mais ambiciosas. Como aponta Scartezini (2011), práticas como a agroecologia, a agricultura urbana e a valorização da cultura alimentar local não são apenas alternativas técnicas, mas movimentos políticos contra-hegemônicos que questionam a lógica de exclusão e padronização do sistema alimentar globalizado.

O papel dos governos locais na reestruturação dos sistemas alimentares ganha centralidade neste debate. Grisa et al. (2023) lembram que esse protagonismo das cidades não é novo: historicamente, governos urbanos foram responsáveis por garantir o abastecimento da população. A recuperação desse papel é uma demanda contemporânea urgente, como evidenciam iniciativas como o Pacto de Milão e as redes CityFood e C40 Cities, que promovem a troca de experiências entre cidades comprometidas com sistemas alimentares sustentáveis e inclusivos.

Dessa forma, o presente estudo contribui para o reconhecimento da alimentação como tema estruturante do planejamento urbano, devendo ser incorporado como eixo transversal de políticas públicas que articulem saúde, meio ambiente, mobilidade, cultura, educação e economia. A politização da alimentação, como defendem Catia Grisa e Sergio Schneider, é o caminho para desconstruir a falsa neutralidade técnica das ações alimentares e evidenciar que comer é também um ato político, atravessado por relações de poder, território, gênero, raça e classe.

Concluimos, portanto, que é urgente ampliar o debate público sobre alimentação e pressionar o poder público municipal a assumir sua responsabilidade nesse campo. As eleições municipais, embora tenham demonstrado ainda uma baixa adesão ao tema, são oportunidades estratégicas para a sociedade civil organizada, movimentos sociais e pesquisadores incidirem nas agendas políticas locais e cobrarem compromissos concretos com a segurança alimentar e nutricional. Em última instância, como afirmam Grisa et al. (2023), a alimentação deve ser reconhecida como direito e como política urbana — e não apenas como assistência ou consumo.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Afonso; WEBER, Lucas. Eleições: entenda por que políticas públicas de alimentação precisam estar no plano diretor da cidade. *Brasil de Fato*, 01 out. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/10/01/eleicoes-entenda-por-que-politicas-publicas-de-alimentacao-precisam-estar-no-plano-diretor-da-cidade>. Acesso em: 10 jan. 2025.

GRISA, Catia; SABOURIN, Eric; WESZ JUNIOR, Waldemar João; CORTES, Geneviève. Alimentação e políticas alimentares nas cidades: introdução ao debate. *Confins. Revue Franco-Brésilienne de Géographie* [recurso eletrônico], Paris, n. 59, 2023, 8 p. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/270879>. Acesso em: 12 jan. 2025.

ROCHA, Mônica Filipa Martins Guerra da. Paisagens alimentares urbanas – uma possibilidade de leitura das urbanidades contemporâneas. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, São José dos Pinhais, v. 17, n. 8, p. 01-23, 2024. DOI: 10.55905/revconv.17n.8-116.

SCARTEZINI, Nelsi Teresinha. Insegurança alimentar nas cidades. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais: Bacharelado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2011. Orientador: Sergio Schneider. Coorientador: Amália Leonel Nascimento. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/39432>. Acesso em: 15 jan. 2025.